

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 08 de março de 2019.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Levi O. Soares".

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	790.893	1.013.168	Empréstimos bancários	1.916	28.000
Adiantamentos	657.726	555.126	Obrigações governamentais	611.960	1.266.992
Outros créditos	155.336	149.257	Contas a pagar	409.840	386.031
	1.603.955	1.717.551	Obrigações fiscais e trabalhistas	312.987	287.829
			Parcelamentos de impostos	13.822	28.049
				1.350.525	1.996.901
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Outros créditos	81.136	81.136	Obrigações governamentais	472.007	-
Ativos especiais	317.996	309.359	Fundo especial	317.996	309.359
Imobilizado	1.422.897	1.579.015	Contas a pagar	22.122	75.095
	1.822.029	1.969.510	Parcelamento de impostos	139.368	350.501
				951.493	734.955
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social	1.878.205	1.878.205
			Déficits acumulados	(754.239)	(923.000)
				1.123.966	955.205
TOTAL DO ATIVO	3.425.984	3.687.061	TOTAL DO PASSIVO	3.425.984	3.687.061

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, centavos omitidos)

	2018	2017
RECEITAS		
Receitas de recursos públicos		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	4.665.982	4.317.723
Convênios com Ministério do Esporte	-	192.879
Lei de Incentivo ao Esporte	203.624	-
Convênio Itaipú Binacional	40.570	-
	4.910.176	4.510.602
Receitas de recursos próprios		
Anuidades de federações	42.690	190.343
Eventos e torneios	665.726	936.505
Outras receitas operacionais	570.811	1.534.430
	1.279.227	2.661.278
DESPESAS		
Gastos com recursos públicos		
Gastos da Lei Agnelo/Piva	(4.665.982)	(4.317.723)
Gastos dos Convênios com Ministério do Esporte	-	(192.879)
Lei de Incentivo ao Esporte	(203.624)	-
Gastos do Convênio Itaipú Binacional	(40.570)	-
	(4.910.176)	(4.510.602)
Gastos com recursos próprios		
Despesas com eventos e torneios	(17.785)	(1.435)
Despesas gerais	(1.186.478)	(2.356.898)
Despesas tributárias	(89.672)	(14.464)
Resultado financeiro líquido	183.469	(165.195)
	(1.110.466)	(2.537.992)
Superávit do exercício	168.761	123.286

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.878.205	(1.046.286)	831.919
Superávit do exercício	-	123.286	123.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.878.205	(923.000)	955.205
Superávit do exercício	-	168.761	168.761
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.878.205	(754.239)	1.123.966

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, centavos omitidos)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	168.761	123.286
Ajustes		
Depreciação	232.492	747.576
	401.253	870.862
Variação do ativo/passivo circulante		
Adiantamentos	(102.600)	27.644
Outros créditos	(6.079)	(135.831)
Empréstimos bancários	(26.084)	(98.856)
Obrigações governamentais	(183.025)	(451.380)
Contas a pagar	(29.164)	264.022
Obrigações fiscais e trabalhistas	25.158	(11.363)
Parcelamentos de impostos	(225.360)	(96.717)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(145.901)	368.381
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(76.374)	(526.720)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(76.374)	(526.720)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(222.275)	(158.339)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.013.168	1.171.507
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	790.893	1.013.168
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(222.275)	(158.339)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM, filiada à Federação Internacional de Tênis de Mesa, designada pela sigla ITTF, à União Latino Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla ULTM, à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla CSATM, ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do tênis de mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantis praticados por alunos das escolas primárias e secundárias;
- b) Representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o tênis de mesa brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da União Latino-Americana de Tênis de Mesa, Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, da respectiva Federação Internacional de Tênis de Mesa e outras entidades vinculadas, com poderes para celebrar acordos, convenções, convênios e tratados, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito sistema internacional das suas afiliadas, observando as competências do COB e CPB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos, e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores;
- f) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

- g) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências físicas e intelectuais;
- h) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa;
- i) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- j) Expedir a filiais estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoveram ou participaram;
- k) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- l) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Praticar no exercício da direção nacional do tênis de mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- o) Desenvolver programas de inserção social em comunidades carentes, por meio de concessão de bolsas de estudos e incentivo a saúde e educação, enquanto princípio fundamental da atividade desportiva;
- p) Fomentar a prática desportiva, não só o tênis de mesa como outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- q) Filiar-se ou desfiliar-se a instituições nacionais e interestaduais, após aprovação do Comitê Executivo;
- r) Manter e incrementar as relações amistosas e desportivas entre suas filiadas, incentivando o intercâmbio entre elas;

- s) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, como a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios, ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- t) Organizar ou autorizar os calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de tênis de mesa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Através das demonstrações contábeis do exercício de 2018, o índice de liquidez corrente apurado foi de 1,19 (0,86 no exercício de 2017), que é a capacidade de pagamento da Entidade das suas obrigações de curto prazo, considerando seus recursos de igual prazo.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

e. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

f. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

g. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2018	2017
Caixa	14.710	18.797
Bancos conta movimento	235.346	294.665
Aplicações financeiras	540.837	699.706
Total	790.893	1.013.168

Os saldos de conta corrente e aplicação financeira são assim demonstrados por recursos:

	2018	2017
Recursos próprios	106.793	167.059
Comitê Olímpico do Brasil	18.574	972
Comitê Paralímpico Brasileiro	102.477	121.606
Ministério do Esporte	1.907	2.030
Lei de Incentivo ao Esporte	5.595	20
Outros convênios	-	2.978
Recursos públicos	128.553	127.606
Total dos bancos conta movimento	235.346	294.665

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comitê Olímpico do Brasil	114.295	146.843
Comitê Paralímpico Brasileiro	117.205	46.882
Ministério do Esporte	13.481	13.119
Lei de Incentivo ao Esporte	294.556	492.762
Outros convênios	1.300	100
Total das aplicações financeiras – Recursos públicos	<u>540.837</u>	<u>699.706</u>

4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comitê Olímpico do Brasil	329.845	278.855
Ministério do Esporte	327.881	276.271
Total	<u>657.726</u>	<u>555.126</u>

5. Ativos especiais

Os ativos especiais estão representados por aquisições de bens com recursos públicos e estão demonstrados em contra partida dos fundos especiais no passivo não circulante, com o mesmo saldo. São transferidos para o imobilizado da entidade quando doados pelas entidades públicas. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Máquinas e computadores – Comitê Olímpico do Brasil	<u>4.918</u>	<u>3.364</u>
Móveis e utensílios – Comitê Paralímpico Brasileiro	<u>7.083</u>	<u>-</u>
Máquinas e equipamentos	6.964	6.964
Computadores e periféricos	7.282	7.282
Materiais esportivos	149.042	149.042
Móveis e utensílios	5.395	5.395
Total de bens – Ministério do Esporte	<u>168.683</u>	<u>168.683</u>
Materiais esportivos – Lei de Incentivo ao Esporte	<u>137.312</u>	<u>137.312</u>
Total	<u>317.996</u>	<u>309.359</u>

6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Imóveis	-	20.364	-	20.364	20.364
Móveis e utensílios	10%	119.727	(78.494)	41.233	46.306
Máquinas e equipamentos	10%	283.937	(176.191)	107.746	132.041
Computadores e periféricos	20%	450.187	(403.555)	46.632	73.256
Instalações	10%	9.384	(3.811)	5.573	6.511
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	90.810	(49.748)	41.062	44.695
Software	20%	18.527	(6.920)	11.607	15.312
Material esportivo	10%	1.669.515	(520.835)	1.148.680	1.240.530
		2.662.451	(1.239.554)	1.422.897	1.579.015

7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2018	2017
Comitê Olímpico do Brasil – COB	(i)	171.669	95.925
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB		37.448	97.919
Ministério do Esporte	(ii)	472.007	471.768
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		402.843	597.723
Secretaria Municipal de Esporte Lazer de Manaus		-	3.657
		1.083.967	1.266.992
Circulante		611.960	1.266.992
Não circulante		472.007	-

- (i) Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.655.911 (R\$ 2.580.995 em 2017), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 171.669 (R\$ 95.925 em 2017), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2018, ou devolvido ao COB.

- (ii) Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério do Esporte, que foram firmados em 2012. Não ocorreram novas receitas recebidas em 2018 (R\$ 192.879 em 2017), para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 472.843 (R\$ 471.768 em 2017), será devolvido ao Ministério do Esporte ou aplicado em projetos no próximo exercício.

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 776484:

Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 2.414.016. O presente contrato vigorou até 30 de dezembro de 2014.

Em 30 de agosto de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de outubro de 2016, e destinação adicional de R\$ 2.240.431, totalizando R\$ 4.654.447, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contra partida de aporte de recursos da CBTM.

8. Contas a pagar

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2018	2017
Serviços a pagar	387.682	364.639
Utilidades públicas	4.460	3.695
Acordos a pagar	39.820	92.792
	431.962	461.126
Circulante	409.840	386.031
Não circulante	22.122	75.095

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2018	2017
PIS sobre folha de pagamento	1.320	1.279
IRRF	20.060	21.622
Impostos retidos na fonte	1.872	4.742
	23.252	27.643
Salários a pagar	70.162	37.699
Férias a pagar	148.672	117.791
Obrigações previdenciárias	69.901	87.499
Outras obrigações trabalhistas	1.000	17.197
	289.735	260.186
Total	312.987	287.829

10. Parcelamentos de impostos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2018	2017
INSS	13.822	-
IRRF	139.368	378.550
	153.190	378.550
Circulante	13.822	28.049
Não circulante	139.368	350.501

11. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões contábeis.

A Entidade possui riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 3.125.259, sendo R\$ 1.021.509 de processos tributários, R\$ 1.287.727 de processos cíveis e R\$ 816.023 de processos trabalhistas. Em 2017 apresentava riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 15.027.841, Com base na avaliação de seus assessores legais, não há a necessidade de provisão para essas contingências.

12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade e pelas doações de bens recebidas.

13. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 4.665.982 (R\$ 4.317.723 em 2017) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:

Receitas	2018	2017
COB	2.655.911	2.580.995
CPB	1.961.052	1.736.728
Solidariedade olímpica	49.019	-
	4.665.982	4.317.723
Gastos	2018	2017
Manutenção da entidade	539.353	445.155
Programas e projetos de fomento	318.438	843.432
Manutenção de atletas	1.850	20.150
Participações em competições	1.535.543	796.785
Centro treinamento	260.727	475.473
Total gastos – COB	2.655.911	2.580.995
Manutenção da entidade	743.776	689.806
Programas e projetos de fomento	979.633	643.116
Participações em competições	237.643	403.806
Total gastos – CPB	1.961.052	1.736.728
Solidariedade olímpica	49.019	-
	4.665.982	4.317.723

14. Receita com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2018	2017
Receitas com eventos	295.075	614.885
Receitas com torneios e competições	370.651	321.620
	665.726	936.505

15. Outras receitas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2018	2017
Taxas e inscrições de associados	298.279	186.442
Doações	90.573	1.174.694
Resultado de ganho no imobilizado	-	(34.922)
Resultado de ganho no imobilizado – COB	14.862	21.752
Outras receitas operacionais.	167.097	186.464
	570.811	1.534.430

16. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2018	2017
Despesas com pessoal	30.732	65.556
Despesas com utilidades e serviços	314.094	182.160
Despesas gerais	509.659	1.243.815
Depreciação	232.492	747.576
Despesas com férias e encargos	99.501	117.791
	1.186.478	2.356.898

17. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

* * *